

ERIS

Defesa e Segurança
Internacional

V.4, N. 2, MAIO-AGOSTO. 2023, SÃO PAULO.

ISSN 2764-9156



ERIS
DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Organização

ERIS - Defesa e Segurança
Internacional

Revisão

Clarissa Nascimento Forner
Giovanna Ayres A. de Paiva
Jonathan de Araujo de Assis
Kimberly Alves Digolin
Lívia Peres Milani
Matheus de Oliveira Pereira

Diagramação

Clarissa Nascimento Forner	Maria Eduarda de Araújo
Kimberly Alves Digolin	Mayara Zorzo
Lívia Peres Milani	Ríllari Ferreira Castro e Silva

Logradouro

Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé -
São Paulo - SP - CEP: 01001-900

Site: <https://gedes-unesp.org/eris>
E-mail: contato.gedes@gmail.com

ISSN 2764-9156



Como citar este documento



ERIS (Org). Eris - Defesa e Segurança
Internacional. São Paulo, v. 4 n. 2, maio-ago,
2023. São Paulo.

Sumário

Sobre o ERIS	4
Contraofensiva ucraniana e reconquista de territórios pode aumentar o poder de negociação com Rússia (Danielle Makio)	5
As ameaças entre Grupo Wagner e o governo de Vladimir Putin (Getúlio Alves de Almeida Neto)	9
Aspectos dos conflitos recentes entre israelenses e palestinos na região da Cisjordânia (Carolina Antunes Condé de Lima)	13
Características e desafios dos 75 anos das Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas (Kimberly Alves Digolin)	17
Com Lula à frente do G20, África deve ganhar novos holofotes diplomáticos (Giovanna Ayres)	21
Narcotráfico e alto índice de mortes colocam Equador entre os países mais violentos do mundo (Cristian Valdivieso)	24
Golpe de Estado no Níger vira imbróglio geopolítico global (Laurindo Tchinhama)	28

Sobre o ERIS

ERIS foi concebido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) como um espaço para divulgação de reflexões sobre os temas de Defesa e Segurança Internacional. Porque estamos pensando e refletindo sobre os focos de tensão internacional e os conflitos que afligem o mundo, nomeamos nossa revista de divulgação acadêmica em uma alusão à deusa grega da discórdia, Éris. Segundo a Teogonia de Hesíodo, Éris era a mãe das desgraças, e seu pomo da discórdia foi a semente da Guerra de Troia.

Mas nem sempre a discórdia é negativa. Em homenagem à Éris, a prática argumentativa empregada no debate filosófico dos sofistas foi denominada de erística. De fato, a disputa de ideias está no cerne do esforço de reflexão em qualquer ambiente de pesquisa e de análise. Assim também é no GEDES, onde prezamos a diversidade de opiniões e de vozes. ERIS é, portanto, um espaço para expressarmos essa diversidade e promovermos o diálogo e a democratização do conhecimento.

Nesta edição especial, constam transcrições de episódios gravados por pesquisadores e pesquisadoras do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) para o [Podcast Unesp - Mundo e Política](#). Os comentários foram gravados entre julho e agosto de 2023 e versam desde o conflito entre Ucrânia e Rússia até o golpe de Estado no Níger.

Em tempo, ressaltamos que todos os artigos publicados no ERIS expressam unicamente a opinião de seus autores. Eles não representam, necessariamente, a opinião dos editores ou da equipe do ERIS, do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), ou das instituições associadas ao GEDES.

Contraofensiva ucraniana e reconquista de territórios pode aumentar o poder de negociação com Rússia

Danielle Makio*

A contraofensiva ucraniana vem acontecendo desde o dia 8 de junho e os principais objetivos da Ucrânia parecem ser tanto a retomada dos territórios ocupados que hoje representam quase 20% de todo território do país, quanto cortar a comunicação das tropas russas com o território sudeste da Ucrânia, quebrando esse caminho terrestre contínuo que hoje liga a Rússia até a Crimeia - na península ucraniana banhada pelas águas do Mar Negro, que foi reanexada por Moscou em 2014 e continua ocupada por tropas russas até hoje.

Do início da contraofensiva para cá (21/06/2023), a Ucrânia parece ter feito pequenas alterações em sua estratégia. Se no começo as tropas pareciam ter como intuito principal testar as possíveis falhas na frente russa, dividindo-se em diferentes pontos de todo o leste ucraniano, atualmente os ataques parecem estar se concentrando um pouco mais em regiões da Zaporizhzhia e de Donetsk.

A Ucrânia, nesse contexto, vem conseguindo avançar, porém a passos bem lentos. Até o momento, declararam a retomada de oito cidades, entre elas cidades médias ou então pequenas vilas. E parecem continuar distantes de lograr vitórias realmente expressivas, ou seja, a retomada de cidades realmente estratégicas para a ocupação russa. E essa aparente lentidão dos esforços ucranianos, que foi inclusive recentemente reconhecida pelo próprio Biden, que em declaração disse que “guerras são maratonas e não corridas de curta distância”, pode ser justificada por dois principais fatores, apesar de ser uma coisa que é afetada por uma quantidade infinita de indicadores.

Por um lado, a Rússia teve muito tempo para se preparar e preparou, de fato, sua defesa em diferentes níveis. Então é realmente uma defesa multinível, desde o início da frente de ocupação até o litoral ucraniano banhado pelo mar de Azov. Então a Rússia hoje em dia conseguiu dispor, conseguiu espalhar um grande volume de minas terrestres e também tem uma superioridade de força aérea. Esses são pontos de destaque que tem sido responsáveis por grandes baixas do lado ucraniano e que podem ser apontados como fatores importantes nessa contenção dos esforços da contraofensiva ucraniana.

Por outro lado, a Ucrânia se encontra em desvantagem em ataques de longa distância em geral. Os drones ucranianos, apesar de serem superiores tecnologicamente falando quando comparados com os russos, têm tido seu alcance bastante reduzido pela capacidade de interceptação russa. Os caças enviados pelos parceiros ocidentais da Ucrânia só poderão ser operados por pilotos ucranianos após o devido treinamento destes, o que não deve ser concluído tão logo.

Então, apesar da aparente efetiva defesa russa, ambos os lados parecem estar se desgastando bastante com o combate. Apesar de ter essa aparente assimetria entre a capacidade de defesa russa e capacidade ucraniana de contraofensiva a gente vê ambos os lados se desgastando bastante com esses embates que vêm acontecendo. E a gente vê inclusive uma Rússia que parece ter evitado ao máximo combates diretos, talvez numa tentativa de evitar uma reprodução ou então de evitar um contexto similar ao que aconteceu lá pelas batalhas por Mariupol e outras cidades ali do sul e sudeste ucraniano, que aconteceram mais no começo de 2023.

Inclusive, falando sobre esse aparente desgaste russo, o próprio Ministro Shoigu declarou na última sexta-feira que a produção de tanques e mísseis russos deveria ser aumentada para reabastecer as linhas defensivas, dando a entender que aparentemente a Rússia estaria perdendo artilharia, perdendo poder de fogo, poder de defesa, em uma quantidade maior do que foi esperada pelo comando de Moscou. O que nos parece indicar também que, apesar de lenta, a contraofensiva ucraniana tem de fato logrado algum tipo de sucesso, pelo menos tem conseguido defasar a Rússia militarmente falando.

E a gente já sabe que essa é mesmo uma estratégia que a Ucrânia vem usando desde o começo da guerra, tentar atacar ou então tentar bombardear focos de abastecimento do exército russo. Seja abastecimento de alimentos ou então abastecimento de estoque de artilharia, ou então de outros equipamentos militares que vem sendo usados pelas tropas de Moscou localizadas no leste ucraniano.

Ao fim e ao cabo, a retomada completa dos territórios ocupados por parte da Ucrânia obviamente não parece ser uma tarefa fácil. Muito provavelmente não vai ser conquistada em sua totalidade. Acho que as chances de a Ucrânia conseguir retomar 100% do controle de todo o território atualmente ocupado pela Rússia é uma probabilidade bem baixa. É algo que dificilmente vai acontecer. Porém, uma retomada mesmo que parcial desses territórios pode aumentar o poder de negociação ucraniano, o que poderia ser uma importante arma, se bem usada pelo Zelensky e por todo o governo que tem tentado encontrar possíveis soluções para a guerra.

O último ponto que eu acho importante a gente destacar sobre essa contraofensiva, que não necessariamente tem a ver com a evolução de tropas ou com o deslocamento de efetivo militar, tanto russo quanto ucraniano, é o que aconteceu na barragem de Kakhovka. Por volta do dia 6 ou 7 de junho, nesse contexto de início da contraofensiva ucraniana, essa barragem foi bombardeada, colapsou e isso causou uma série de consequências muito danosas para o território ucraniano.

Primeiramente, alagou cidades e áreas importantes de cultivo de grãos e outros bens agrícolas, como fertilizantes por exemplo, o que prejudica um pouco o abastecimento dos ucranianos e, de certa maneira, a economia. Embora essa consequência econômica não tenha sido tão sentida pela Ucrânia atualmente, porque a maior parte dos territórios alagados pela queda dessa barragem são territórios atualmente ocupados por tropas russas, ou seja, são territórios cuja produção econômica está sendo isolada do comércio internacional já há algum tempo por conta de sanções ou por conta da reorganização política e econômica da Ucrânia por conta da guerra que vem acontecendo desde o início do ano passado.

Mas um outro efeito muito importante que a gente precisa ter em mente, ainda mais falando de Ucrânia que lá no século XX sofreu com os eventos de Chernobyl, é justamente pensar os efeitos dessa quebra de barragem para a usina de Zaporizhzhia, que é a maior usina nuclear da Europa. Parte do abastecimento das piscinas que resfriam os reatores nucleares dessa usina era garantido pela barragem de Kakhovka. Assim que a barragem quebra você tem uma redução dos níveis dessas piscinas, o que pode potencialmente afetar a capacidade de resfriamento dos reatores nucleares e levar a um possível vazamento ou a um possível desastre atômico, desastre nuclear nessa usina.

Representantes do Comitê das Nações Unidas e de agências reguladoras da atividade nuclear já foram enviados para a Ucrânia, mas houve resistência da Rússia para deixar representantes entrarem nessa zona ocupada para avaliarem o risco. Então

essa é uma questão que a gente precisa acompanhar bastante de perto para tentar entender como a Rússia vai lidar com isso, qual efetivo pessoal que a Rússia vai permitir que adentre essa área - atualmente ocupada por Moscou - para fazer as possíveis reparações necessárias e quais possíveis consequências a gente pode ver degradingolando desse contexto.

Transcrição do [episódio](#) “Pesquisadora da Unesp explica que após contraofensiva ucraniana, reconquista de alguns territórios pode aumentar o poder de negociação”, para o Podcast Unesp - Mundo e Política do dia 21 de junho de 2023.

* Danielle Makio é mestra em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP) e em Central and East European, Russian and Eurasian Studies pela Universidade de Glasgow”.

As ameaças entre Grupo Wagner e o governo de Vladimir Putin

Getúlio Alves de Almeida Neto*

O primeiro ponto é que os fatos causaram uma grande repercussão na mídia e, conseqüentemente, uma possível falsa impressão de que nós já estivéssemos, naquele momento, de fato, prestes a testemunhar a derrubada do Putin do governo. Mas uma análise mais fria e antes mesmo do desfecho que a gente teve, eu acredito que dificilmente um golpe de estado bem-sucedido do Prigozhin fosse possível no molde que a situação estava. E digo isso porque, por maior que o grupo Wagner tenha hoje um poder militar, não imagino que isso seja suficiente para derrubar o governo russo sem o apoio das forças armadas e da população. E me parece que o Prigozhin esperava que, ao longo da marcha para Moscou, ele já conseguiria o apoio de uma grande parcela da população - o que não se viu -, dos militares e eventualmente da classe política.

Mas a verdade que a gente teve foi: o líder da Duma, Vyacheslav Volodin, reiterou o apoio dos deputados a Putin; líderes de diferentes partidos também apoiaram o Putin e criticaram o Prigozhin; o Ramzan Kadyrov, líder da República da Chechênia, também anunciou o seu apoio a Putin e afirmou que suas tropas estavam prontas para sufocar o motim do Grupo Wagner. Por uma perspectiva militar, a Rússia tem um histórico de pouco envolvimento das forças armadas na disputa de poder político interno. Aqui eu estou partindo da análise do cientista político Brian Taylor que identifica que, à exceção do período inicial do império russo, ao menos desde 1825 os únicos momentos em que houve essa participação foi justamente em 1917, na Revolução Russa, e no processo da dissolução da União Soviética, com duas tentativas em 1991 e 1993 - mas ambas foram arquitetadas por um pequeno grupo de militares que foram logo freados pela própria instituição. E, nestes últimos casos, o autor considera também que esse movimento deu-se mais a partir de um levante civil que suscitou essas tentativas dos militares do que na verdade a um objetivo político intrínseco à instituição. Então a gente tem no histórico da Rússia - compartilhando o período imperial, soviético e da Federação Russa atual - uma baixa cultura institucional das forças armadas de interferência na política interna.

E aí eu entro na esfera civil da população porque, ainda que haja um movimento anti Putin na Rússia, ele não é novo e parece ter sido pouco inflamado e se espalhado pela população em geral a partir dos desenvolvimentos do fim de semana. As consequências de um possível golpe, uma desestabilização política interna e a explosão de uma guerra civil não me parecem ser do interesse da sociedade russa.

Até porque um dos principais fatores, senão o maior, que explica a alta popularidade de Putin no seu país é a capacidade que o seu governo teve a partir de 2000 e, principalmente, na primeira década dos anos 2000 de estabilizar a situação política e econômica da Rússia, em contraposição com o caos vivenciado na década de 1990. E não me parece que seja do interesse dos russos voltar a uma situação semelhante àquela vivida na década de 90.

Também aqui é interessante a gente analisar a reação de outros países. Do ponto de vista do governo ucraniano houve uma reação positiva a esse movimento, por exemplo: o presidente Zelensky disse que a insurreição era uma evidência da instabilidade política da Rússia; Mikhail Podolyak, que atua como conselheiro de Zelensky, disse que o motim era apenas o começo; Dmytro Kuleba, ministro das relações exteriores da Ucrânia, disse que a rebelião era uma oportunidade para a comunidade Internacional abandonar a falsa neutralidade no conflito e enviar armas para apoiar a Ucrânia para expulsar as forças russas do território ucraniano.

Por outro lado, se a gente analisa a resposta de governos como Estados Unidos, França e Canadá, eles foram muito mais cautelosos, muito mais comedidos com a situação como um todo, e divulgaram que estariam analisando a situação com atenção. Até porque, apesar de uma talvez falsa impressão criada entre as pessoas em geral a partir das notícias da mídia, um possível golpe da forma como esse seria não me parece ser dos interesses de atores internacionais. Por pior que estejam as relações atuais entre Rússia e Ocidente, os líderes ocidentais já conhecem o Putin, já sabem como negociar com o Putin - que me parece ter uma postura muito mais pragmática e moderada do que Prigozhin poderia ter caso um golpe fosse bem sucedido.

Além do fato de que a Rússia possui o maior arsenal nuclear do mundo e, numa perspectiva dos governos ocidentais, me parece muito mais razoável lidar com um país que seja guiado por Putin - com uma perspectiva totalmente embasada na realpolitik, na disputa de interesse entre os Estados - do que um país desestabilizado, governado por um líder anti-ocidental e cujas armas nucleares poderiam cair nas mãos de atores mais imprevisíveis.

Por fim, é importante também a gente analisar os impactos que isso pode ter na guerra e na manutenção do governo e poder político de Putin internamente. É inegável que uma quebra entre o grupo Wagner e o Kremlin poderia trazer grandes reveses para os avanços russos no território ucraniano e aumentar a moral dos soldados ucranianos nesse momento da contra-ofensiva; o que, evidentemente, aumentaria o poder de barganha de Kiev em uma possível negociação futura de paz. Mas, depois dos acordos feitos entre o Lukashenko e o Prigozhin e do anúncio de que suas tropas voltariam ao campo de batalha, resta esperar para ver os desenvolvimentos futuros. Isso no campo militar.

Agora, em relação aos impactos disso para o governo Putin, a gente pode analisar isso a partir de duas perspectivas: a primeira seria um sinal de fraqueza e o prenúncio de uma crescente onda de descontentamentos que poderiam se avolumar e gerar outros motins ou revoltas; ou, numa outra perspectiva, um sinal de que mais uma vez o governo russo conseguiu frear um ímpeto revoltoso e em 24 horas esse conflito parece ter sido solucionado.

Mas, ao meu ver, isso vai depender principalmente da forma como o Putin vai mobilizar a população e os militares através do discurso de que há uma tentativa, de inimigos internos e externos, de desestabilizar o país e desintegrar a nação e o povo russo. Então, se bem-sucedido, o Putin pode até acabar concentrando ainda mais poder. É bem interessante analisar o discurso do Putin à nação, ainda antes da solução do conflito, no qual ele chama claramente o Prigozhin de traidor.

Sobre os acordos entre as partes, o que a gente teve divulgado? Prigozhin aceitou acabar com o motim e voltar com suas tropas para suas posições na Ucrânia e deixaria a Rússia para a Belarus. Em troca, o governo russo retirou as acusações penais que tinham sido feitas contra Prigozhin e também prometeu que nenhum participante desse motim sofreria qualquer ação; e que aqueles que não estivessem no motim poderiam agora assinar um contrato com o Ministério da Defesa para de fato servir como voluntário às forças armadas russas - o que já estava planejado desde o dia 10 de junho, que deveria ser feito até 1º de julho, e que também seria um dos motivos que poderia nos explicar por que o Prigozhin poderia estar sentindo isso como uma tentativa do governo russo de diminuir o seu poder, diminuir sua influência, e incorporar esses soldados ao ministério da defesa e às forças armadas convencionais da Federação Russa.

E aí, algo muito interessante de ficar de olho para o futuro são algumas perguntas que poderíamos pensar juntos: qual o futuro de Prigozhin?; Teve algo a mais que foi acordado entre o Lukashenko e o Prigozhin que não foi divulgado?

Transcrição do [episódio](#) “Pesquisador da Unesp analisa pontos sobre as ameaças entre Grupo Wagner e o governo de Vladimir Putin”, para o Podcast Unesp - Mundo e Política do dia 26 de junho de 2023.

* Getúlio Alves de Almeida Neto é doutorando e mestre em Relações Internacionais pelo PPGRJ San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP). Defendeu a Dissertação de Mestrado sobre a reforma militar russa e a projeção de poder do país. Membro do Observatório de Conflitos do GEDES. Contato: getulio.neto@unesp.br

Aspectos dos conflitos recentes entre israelenses e palestinos na região da Cisjordânia

Carolina Antunes Condé de Lima*

É importante entender que a violência assistida quando mencionamos Palestina e Israel não é algo pontual ou uma guerra religiosa, mas sim consequência de uma estrutura sócio-histórica que permeia a relação de ambos os Estados. Por isso para falar sobre os últimos acontecimentos em Jenin e na Cisjordânia é necessário voltar um pouco na história. Antes, contudo, é preciso explicar o que é Jenin e sua importância. Jenin é uma cidade situada no norte da Cisjordânia, que é uma região ocupada por Israel desde 1967, e abriga um campo de refugiados com o mesmo nome e com uma população de cerca de 14 mil pessoas. Os residentes do campo de Jenin são descendentes dos palestinos que foram expulsos de suas terras e casas quando o Estado de Israel foi criado em 1948.

Já no início dos anos 2000, Jenin foi palco de um dos piores ataques israelenses durante a segunda intifada, que resultou na morte de 52 palestinos e 23 israelenses. Recentemente, a cidade ressurgiu como um ponto de conflito desde o acirramento da violência entre colonos israelenses e palestinos que ocorre desde 2021 na Cisjordânia. Todos esses acontecimentos, por sua vez, são consequências do processo de colonização de assentamento na Palestina histórica, que acontece desde o início do século XX. Definida como deslocamento ou eliminação total da população originária para ocupar um território, apagando os vestígios humanos e culturais daqueles que ali estiveram antes, a colonização de assentamento tem expulsado palestinos de suas casas e apagado sítios históricos como se eles nunca tivessem existido ali.

Além disso, no caso palestino, três construções ideológicas são essenciais para se entender esse processo todo: o primeiro deles é o racismo orientalista, que é a ideia do árabe muçulmano como grande inimigo do ocidente; o sionismo, que eu vou explicar logo mais; e os atentados terroristas de 11 de Setembro que, a partir da retórica da Guerra ao Terror, contribuiu para a retomada do racismo orientalista e seu desenvolvimento para a islamofobia.

Mas por que a Guerra ao Terror é tão importante? Porque quando dos atentados do 11 de Setembro, o então primeiro ministro israelense Ariel Sharon classificou a luta contra os palestinos como parte da Guerra Global ao Terror, o que contribuiu para a diminuição da solidariedade internacional com a questão Palestina e levou ao aumento da violência contra seus territórios e população.

Retomando a questão do sionismo, esse é uma resposta ao anti-semitismo histórico que marca o Ocidente há mais de um milênio. A busca por um Estado-nação próprio ganhou força entre os judeus após os pogroms na Rússia Czarista no final do século XIX, dando início ao processo de migração para o território palestino, que até então era parte do território do Império Turco-Otomano. Esse processo de migração aumenta ainda mais após a Declaração Balfour, de 1917, no qual o representante do governo britânico declarou a intenção do império de transformar a Palestina em um Estado judaico, o fim da Primeira Guerra Mundial e a criação do mandato britânico para a Palestina.

Anos depois, a criação de um safe haven se tornou uma questão de vida ou morte para a população judaica após o holocausto, que matou 11 milhões de pessoas entre as quais 6 milhões de judeus. O problema é que o movimento que se propôs a ser um movimento para garantir a segurança de um povo se transformou na insegurança de outro. O sionismo parte da premissa de que a colonização deveria ser por e para judeus, tendo então o deslocamento da população original como um dos seus pré-requisitos. O colonialismo sionista se baseia nas ideias de substituição e assentamento, ou seja o objetivo central é deslocar ou eliminar a população local e ocupar a terra em seu lugar.

Dito isso, vale ressaltar que, quando falamos de antissionismo e antisemitismo, estamos falando de ideias completamente diferentes. O antissionismo é uma luta contra a colonização da terra palestina e a dizimação do seu povo. O antisemitismo é um preconceito, uma aversão, uma discriminação contra os judeus que é histórica e que data de mais de um milênio no Ocidente. Essas, portanto, não são ideias similares e é muito importante ter isso em mente.

Além das questões sócios-históricas, a atual conjuntura não pode e não deve ser esquecida. Existe há pelo menos três anos uma crise na política israelense que tem o atual primeiro ministro, Benjamin Netanyahu, no centro dela. O Netanyahu foi acusado de subornar a imprensa para receber cobertura favorável e de receber presentes de luxo de empresários do setor das telecomunicações para favorecê-los em licitações e projetos de lei.

Essas acusações geraram a perda de seu mandato ainda em 2001 e seu afastamento da liderança do Estado por 18 meses. Apesar disso, em dezembro do ano passado, Netanyahu retornou para cumprir seu sexto mandato. Ao longo dos seus 15 anos anteriores como o primeiro-ministro, sua principal arma foi a construção de um discurso sobre a ameaça palestina, disseminando a narrativa do medo sobre a sociedade israelense, além do seu apoio incondicional à expansão da colonização judaica pela Cisjordânia e suas várias operações violentas contra a Faixa de Gaza. Sua eleição dessa vez se baseou nos mesmos discursos, mas com um agravamento: aliança com a extrema direita, que tinha como principais exigências a anexação da Cisjordânia ocupada, sobre o lema de que a soberania israelense vai se estender à Judeia e Samaria, e a proibição da bandeira palestina em instituições educacionais e locais públicos - essa é uma lei que já está em vigor desde janeiro deste ano.

Inserido neste contexto estão os últimos acontecimentos que envolvem Jenin. O ataque a Jenin é o maior ataque contra Cisjordânia em 20 anos. Foram pelo menos 10 ataques aéreos em uma área de menos de 500 m² e que abriga mais de 14 mil palestinos. As consequências foram a morte de 12 palestino, centenas de feridos e a destruição de infraestrutura básica e prédios residenciais. Esses ataques do dia 3 foram precedidos por ataques próximos a Jenin, ainda em junho, quando drones foram usados pela primeira vez na Cisjordânia desde 2006.

Após os ataques aéreos, forças terrestres israelenses cercaram completamente o campo de refugiados, utilizando dezenas de blindados para preparar uma operação terrestre massiva que causou grandes danos em casas e estradas. Participaram dessa operação cerca de 150 veículos blindados e cerca de mil soldados das forças especiais de elite, do exército, do serviço secreto, da polícia e da polícia de fronteira. O ataque do último dia 3 ocorreu no momento no qual violências e as tensões continuam a aumentar em Israel e a Palestina, em função da aprovação pelo espaço da construção de milhares de novas casas para colonos na Cisjordânia ocupada. Soma-se a isso o fato de o campo de refugiados de Jenin estar se tornando cada vez mais o lar de combatentes palestinos, especialmente no último ano, quando um número crescente de jovens pegou em armas contra Israel, face às crescentes operações militares israelenses e aos esforços para expandir a colonizações israelense pela Cisjordânia.

Então, juntamente com Gaza, Jenin tornou-se o principal símbolo da resistência palestina. As Brigadas de Jenin são apenas um dos novos grupos emergentes que representam uma desilusão crescente com a Autoridade Palestina e a frustração com a ocupação israelense em curso. Um dos principais objetivos dessas incursões israelenses na Cisjordânia, por sua vez, tem sido esmagar esses novos grupos, no âmbito de uma operação denominada "Break the Wave". A operação "Break the Wave" teve início em fevereiro de 2022 e é uma resposta às revoltas populares que

começaram novamente na Palestina e expressa uma frustração gerada pelas campanhas de pressão israelense pelo quase colapso da vida econômica. Algumas dessas revoltas por todo o território palestino e além-mar deram início ao que se chamou “Intifada Unida”.

Mesmo com todo esse contexto, alguns apontam que a atual escalada em Jenin pode ser parte de um esforço do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu para apaziguar os ministros de extrema direita do seu próprio governo e descolocar a atenção das manifestações contra a chamada “Cláusula da Revogação” que, se aprovada, permitirá ao Parlamento revogar com maioria simples qualquer decisão da Suprema Corte, mesmo que isso viole as chamadas “Leis Básicas” que servem de constituição para Israel. A Cláusula da Revogação tem sido motivo de inúmeros protestos pelo país e chegaram a levar mais de 100 mil pessoas para as ruas.

Transcrição do [episódio](#) “Pesquisadora da Unesp comenta aspectos dos conflitos recentes entre israelenses e palestinos na região da Cisjordânia”, para o Podcast Unesp - Mundo e Política do dia 19 de julho de 2023.

* Carolina Antunes Condé de Lima é doutoranda em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), bolsista CAPES e pesquisadora no Observatório de Conflitos do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes).

Características e desafios dos 75 anos das Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas

Kimberly Alves Digolin*

Quando a ONU foi criada em 1945, a organização foi pensada justamente com o objetivo de promover a paz e a Segurança Internacional. No entanto, poucos anos depois da criação da ONU, nós tivemos o início da chamada Guerra Fria - conflito entre Estados Unidos e a antiga União Soviética que durou desde a segunda metade da década de 1940 até 1990 -, e isso acabou refletindo bastante na atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Porque como esses dois Estados tinham, não só assento permanente, mas também poder de veto nas decisões, essa bipolaridade acabava culminando em um grande travamento no Conselho de Segurança. Ou seja, os debates sobre como resolver determinados conflitos ou sobre como lidar com determinadas situações de crise acabava muito limitado por conta desse cabo de guerra entre Estados Unidos e a antiga União Soviética.

Então, para evitar que a ONU acabasse ficando de mãos atadas, o jeito foi pensar em um mecanismo alternativo para evitar que esses conflitos internacionais transbordassem para um escala global, como havia acontecido na Segunda Guerra Mundial. As operações de paz são isso: esse mecanismo alternativo que não estava presente na Carta de Fundação da ONU, mas que poderia ajudar a organização a cumprir seu objetivo de garantir a paz e a segurança internacional.

Como a primeira missão foi estabelecida em 1948, nesse ano de 2023 nós estamos justamente celebrando os 75 anos de operações de paz da ONU. E para fazer um panorama sobre esses $\frac{3}{4}$ de século, me parece importante destacar 3 pontos: o primeiro envolve as diferentes características das operações de paz da ONU durante a Guerra Fria e logo após o fim do conflito; em segundo lugar, destacar o processo de reforma desse mecanismo a partir da década de 1990; e, por fim, explorar um pouco os atuais desafios dessas operações de paz.

De modo geral, nós podemos perceber que as operações de paz adotadas durante a Guerra Fria possuíam algumas características em comum. Entre essas características nós podemos destacar que elas eram adotadas em situações de conflito entre dois Estados ou entre grupos de países, e geralmente conflitos que envolviam declarações formais de guerra, mas nos quais a ONU se inseria como uma espécie de terceira parte observadora em um momento de cessar-fogo para facilitar a mediação do diálogo entre as partes beligerantes.

Além disso, essas operações de paz estavam bastante preocupadas com a imparcialidade da sua ação, com o consentimento das partes envolvidas em relação à presença da ONU, e a noção de que o emprego da violência por parte dessas forças de paz da ONU deveria ser mínimo, apenas nos casos em que os próprios integrantes das forças da ONU estivessem em perigo. Embora seja possível observar alguns casos de exceção, como a ONUC, no Congo, e a UNSF, na Nova Guiné Ocidental, as operações de paz adotadas durante a Guerra Fria englobavam essas características e ficaram conhecidas como “operações de paz tradicionais”.

No entanto, após o fim da Guerra Fria, é possível notar algumas características distintas em relação aos conflitos internacionais e isso acabou levando também a um processo de crescente complexidade nos mandatos das operações de paz a partir da década de 1990. Porque se antes os conflitos eram caracterizados pelo envolvimento de dois ou mais Estados, o momento pós-Guerra Fria acaba sendo bastante demarcado por conflitos intraestatais - seja por um vácuo no poder que leva ao crescimento da rivalidade entre dois grupos nacionais em busca de ocupar esse espaço e que acabam criando uma situação de violência e instabilidade generalizada; ou mesmo situações em que o governo de um Estado se voltava contra uma parcela da própria população.

E esses casos de maior complexidade deixaram à mostra que essas missões não demandavam apenas uma mediação no diálogo, elas demandavam refletir sobre assistência mais direta à população civil, fortalecimento ou mesmo reconstrução de instituições nacionais, e assim por diante. Essas missões com mandatos mais complexos, que iam um pouco mais além da dimensão puramente militar de cessar fogo, ficaram conhecidas como “operações de paz multidimensionais”.

O segundo ponto está bastante ligado a alguns casos de fracasso da atuação da ONU no início da década de 1990. Porque os casos da Somália, de Ruanda e mesmo da Bósnia acabaram deixando muito clara a necessidade de refletir não só sobre a necessidade das operações de paz, mas também sobre os princípios sobre os quais essas missões estavam embasados.

Ou seja, esses casos deixaram bastante evidente que a simples replicação do modelo de operações de paz tradicionais não parecia ser suficiente; era preciso pensar no tipo de operação de paz necessária a partir justamente do tipo de conflito que se estava analisando, ou mesmo do momento desse conflito - se era uma fase mais inicial, se era uma fase de maior hostilidade armada, entre outros. E como eu disse, esse processo de reforma tem início logo após o fim da Guerra Fria, mas ganha fôlego a partir dos anos 2000 quando nós temos diversos debates sobre os princípios das operações de paz, sobre a questão de orçamento dessas missões, treinamento e recursos.

Então esse processo de reforma é bastante importante para nós compreendermos uma crescente complexidade nos mandatos das operações de paz, que passam a incluir questões de direitos humanos, acompanhamento de eleições, entre outros. Ele demonstra de alguma forma uma preocupação maior com as diversas dimensões do conflito, mas, ao mesmo tempo, esse processo de reforma também é alvo de diversas críticas no que se refere à profundidade dos debates e a implementação desses debates nas práticas das missões.

Ou seja, muitos dos desafios que nós podemos observar atualmente nessas operações de paz da ONU estão de alguma forma relacionados com as definições institucionais da ONU sobre o que é paz e como ela deve ser alcançada. Porque se a operação de paz está preocupada apenas com o fim da hostilidade armada e com o retorno da ordem vigente tal qual antes do conflito se iniciar, nós podemos questionar se a ONU realmente está preocupada com a paz ou com a mera ausência de tiros sendo disparados. Em outras palavras, o fato de a ONU parecer mais preocupada com a contenção dos conflitos do que de fato com a resolução e mesmo a prevenção desses conflitos, acaba levando a um *modus operandi* não só hierárquico que marginaliza o envolvimento da população local, mas também que promove certa manutenção das desigualdades e das dependências em nível internacional.

Para além disso, vale destacar entre essa lista de desafios atuais os interesses individuais dos Estados - já que a grande maioria das operações de paz são estabelecidas em locais que refletem interesses de alguns países entendidos enquanto hegemônicos, haja vista que a maioria das missões ocorre ou ocorreu principalmente em África ou Oriente Médio. E, por fim, vale adicionar a essa lista também a dificuldade na promoção da igualdade de gênero e da inclusão das mulheres nesses processos de resolução dos conflitos e nos processos de construção da paz; o que geralmente tem levado a um discurso que se diz preocupado com essas pautas, mas práticas que continuam promovendo exclusões e que continuam promovendo silenciamentos.

Transcrição do episódio “Pesquisadora da Unesp explica características e desafios dos 75 anos das Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas”, para o Podcast Unesp - Mundo e Política do dia 25 de julho de 2023.

* Kimberly Digolin é professora no curso de Relações Internacionais da Universidade Paulista, doutoranda no PPGRI San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP), bolsista CNPq e pesquisadora no Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES).

Com Lula à frente do G20, África deve ganhar novos holofotes diplomáticos

Giovanna Ayres*

A partir de dezembro de 2023 o Brasil vai ocupar a presidência do G20. Recentemente, o presidente Lula manifestou apoio à maior representatividade africana nesse âmbito, citando inclusive o apoio ao ingresso da União Africana (UA) no G20. Essa manifestação do presidente Lula é parte de um movimento maior de aproximação entre Brasil e África nesse governo atual, mas para entender isso é necessário fazer algumas considerações sobre a própria União Africana e pontos em comum entre Brasil e África.

Primeiro, é importante deixar claro o que é a União Africana. Ela é uma organização formada por mais de 50 países africanos, criada em 2002, mas que, na verdade, foi a sucessora da Organização da Unidade Africana, que já tinha sido criada em 1963. Ou seja, a ideia de unir vários países africanos e de fortalecer essa união em busca de maior autonomia, independência, paz e cooperação é antiga. Ela tem a ver com o ideal pan-africano, um ideal de buscar soluções africanas para problemas africanos e desenvolver essa maior autonomia do continente depois de séculos de exploração colonial.

Hoje, a União Africana tem uma estrutura já bem consolidada e formada, entre outros, pelo: Conselho Executivo; Conselho de Paz e Segurança; Parlamento Pan-Africano; Conselho Econômico, Social e Cultural. A União Africana tem sede em Adis Abeba, que é a capital da Etiópia, país que fica na África Oriental.

Os governos anteriores do presidente Lula já deram indícios dessa aproximação com a África. Por exemplo, nos governos anteriores, Lula chegou a visitar 22 países africanos, 19 novas embaixadas brasileiras foram abertas em diferentes países da África, o Brasil chegou a perdoar dívidas externas de países africanos e as exportações do Brasil para a África aumentaram consideravelmente, principalmente exportações de combustíveis, açúcar e carne bovina - especialmente com relação à África do Sul, que é uma grande potência da África e no mundo todo também.

Desde que assumiu a presidência nesse atual governo, o presidente Lula expressou sua vontade de aprofundar as relações com o continente africano. Ele já havia falado de viajar para a África ainda nesse ano. Ele passou recentemente por Cabo Verde, onde se encontrou com o primeiro ministro e ainda declarou que a relação com a África, principalmente com os países lusófonos, seria uma prioridade. Em agosto [de 2023], o presidente Lula vai estar na África do Sul para participar do encontro da Cúpula dos BRICS - e essa atuação nos BRICS aproxima bastante Brasil e a África do Sul. E também em agosto tem a 14ª Conferência da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que vai acontecer em São Tomé e Príncipe.

Daqui para frente dá para esperar uma maior ênfase nas relações com a África. O Ministério das Relações Exteriores chegou a realizar o Seminário Brasil-África como parte das comemorações pelo Dia da África, em 25 de maio, e os temas principais foram quatro: agricultura e segurança alimentar; economia criativa; digitalização; e educação. Mas também houve debates sobre cooperação para o desenvolvimento, intercâmbio educacional, igualdade de gênero e inclusão social. A ideia ali foi traçar pontos em comum entre o continente africano e o Brasil e buscar estratégias de maior desenvolvimento sócio-econômico, além de combate à fome que é outro ponto em comum entre Brasil e África.

Uma outra estratégia seria buscar junto com a África formas de inserção internacional em fóruns mundiais, reforçando sempre o papel do Sul Global. No fim, a ideia é também aumentar a representatividade dos países do Sul nos fóruns internacionais de clima e meio ambiente, por exemplo, segurança alimentar, paz e segurança. E para isso é necessário fortalecer as interconexões entre Brasil e África e alinhar posicionamentos sobre esses temas e outros temas importantes.

O Brasil tem vários acordos básicos de cooperação técnica com países africanos, principalmente nas áreas de saúde, agricultura, segurança alimentar e nutricional, pecuária, pesca, educação e capacitação profissional.

Com relação especificamente à União Africana, a ideia de apoiar a entrada da União Africana no G20 é uma forma de reforçar o peso e a importância dos países do Sul, destacando a potência econômica da África. O G20 já abrange alguns países emergentes, mas o único país africano atualmente é a África do Sul. E isso deixa de fora vários outros países africanos com grande potencial, como a Nigéria que já é uma potência na África Ocidental.

Então ter um bloco de países africanos no G20 traria um peso e reconhecimento muito maior dos países do Sul junto às maiores economias. No caso, seria trazer um bloco de mais de 50 países como membro do G20. Essa ideia de trazer a União Africana para o G20 também vai de encontro a algumas críticas que o presidente Lula tem traçado já neste governo. Críticas com relação aos países ricos, à estrutura da ONU, principalmente críticas à estrutura rígida do Conselho de Segurança da ONU, e está coerente com a postura que o presidente Lula vem adotando de advogar maior espaço para os países emergentes.

Transcrição do [episódio](#) “Com Lula à frente do G20, África deve ganhar novos holofotes diplomáticos”, para o Podcast Unesp - Mundo e Política do dia 2 de agosto de 2023.

* Giovanna Ayres é pesquisadora de Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela Unesp, mestre e doutora em Relações Internacionais pelo PPGRJ San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP), e membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES).

Narcotráfico e alto índice de mortes colocam Equador entre os países mais violentos do mundo

Cristian Valdivieso*

O assassinato do candidato Fernando Villavicencio no dia 9 de agosto de 2023 se soma ao atentado do dia 14 contra um dirigente do “Movimiento Revolución Ciudadana”, do partido do ex-presidente Rafael Correa, acontecido na cidade de Esmeraldas. Esses dois eventos desvendam que o país está tomado por uma crise que tem a ver com as redes de narcotráfico estabelecidas em território nacional. A gente vem sentindo desde pelo menos 2021 um incremento da violência, que não se manifesta apenas na taxa de homicídios - que cresceu em 87% de 2021 para 2022 e que está encaminhando o Equador para a lista de países mais perigosos do mundo, com uma taxa de cerca de 30 mortos a cada 100 mil habitantes -, mas também com um aumento de 300% das taxas de extorsão e sequestro.

Enfim, nós vemos um país bastante tomado por redes do crime organizado transnacional que, de alguma forma, estão apoiadas em carteis de droga com incidência que vem do México, como o Cartel de Sinaloa e o Cartel de Jalisco Nueva Generación, que estão vinculados aos grupos criminosos internos que disputam as cadeias de controle do trânsito de droga no território nacional. Para colocar em números, nós tivemos entre 2021 e 2023 uma série de guerras e disputas que aconteceram nas principais prisões do país, que deixaram mais ou menos 400 vítimas. E isso é a expressão também de uma sociedade que está desatendida por um governo que não sabe lidar com esse problema, a não ser emitir “estado de exceção” - contabilizamos aproximadamente 20 “estados de exceção” -, que acabam sendo um paliativo e não uma resposta eficiente.

Nós temos que ver que todos estes crimes têm se estendido para outras figuras, no jornalismo, figuras vinculadas ao Ministério Público que já investigava casos de assassinato vinculados ao narcotráfico. É esse silenciamento que acontece com

figuras como Fernando Villavicencio, que era uma das pessoas que mais criticava a incidência de máfias. Ele falava em máfia petroleira, máfia política, máfia do garimpo ilegal, falava em fazer uma depuração da polícia nacional. Ou seja, ele confrontava diretamente estes grupos com o seu nome e sobrenome. Ele enfrentava e, de alguma forma, ele se colocou como o alvo principal desses grupos. Lembremos que ele era jornalista de investigação e, desde a década de 1990, ele relatava informações sobre o uso do dinheiro público nos diversos governos, então ele tinha conhecimento de coisas que, infelizmente, a gente não tem acesso. E com o tempo a gente vê quais são as coisas que ele de fato conhecia a respeito da incidência do narcotráfico em território nacional.

Lembremos também que, no início do ano, o presidente Guillermo Lasso, atual mandatário desde 2021, estava enfrentando um processo de impeachment porque às vezes defendiam que ele teria conhecimento de associações entre alguns dos seus funcionários, principalmente o cunhado, uma pessoa de alta confiança, com uma figura chamada Rubén Cherres que estaria vinculado à máfia albanesa. Detalhe: a máfia albanesa é aquela que controla o trânsito de drogas na Europa. Esta máfia teria associações com o Cherres, ele seria uma figura vinculada à exportação petroleira, à exportação de pesca, ao setor imobiliário. Lembremos que o Equador é um país dolarizado e isso se presta para lavagem de dinheiro.

Então a gente vê a complexidade do narcotráfico ingressando não apenas na esfera privada, não apenas na sociedade desatendida, mas também na esfera pública. E infelizmente, como vários analistas têm dito, o caso do Fernando Villavicencio já se via como não sendo o último caso de assassinato, de magnicídio. O que nós vemos agora acontecendo novamente é isso, um silenciamento, o controle da população pelo medo, as pessoas estão presetas a ir às urnas para escolher candidatos, para escolher representantes do Parlamento, e as pessoas estão indo com medo de votar. E isso, infelizmente, mostra como as redes de violência desse narcotráfico estão tomando a sociedade equatoriana.

É importante também a gente compreender que o Equador, na sua geografia, acaba sendo um lugar de trânsito, um local estratégico para a canalização dessa droga que é produzida no seus países vizinhos. O Equador está localizado entre a Colômbia e o Peru, ou seja, dois dos principais países produtores de coca. E, nesse aspecto, o Equador se torna uma via natural. Inclusive, quando a gente analisa por exemplo o vazio deixado pelo controle do tráfico internacional de drogas da Colômbia, a partir da assinatura de paz entre o governo e as FARC em 2016, e a incidência de grupos residuais que têm cultivado coca em quantidades recorde. Ou seja, o país ainda continua produzindo, mas é um mercado que acaba sendo disputado pelo incremento e pelo fortalecimento dos carteis de droga mexicanos.

O Cartel de Sinaloa e o Cartel de Jalisco Nueva Generación acabam incidindo nessa fronteira colombiano-equatoriana e o Equador, que tem um problema deficitário em termos de tecnologia para o controle de suas fronteiras. Estamos falando também que são fronteiras marítimas, são fronteiras terrestres e amazônicas de difícil acesso, inclusive para as forças armadas. Isso acaba favorecendo e fortalecendo não apenas esse tráfico de drogas, o tráfico de armas, tráfico de pessoas, como também facilita a extensão desses cultivos.

A ONU já alertava que os cultivos de droga da Colômbia estavam muito próximos do território equatoriano. No entanto, essa deficiência em termos de controle territorial e por essa zona geográfica complexa, os cultivos de coca também já acontecem no Equador, ainda que de forma incipiente e não tão grande quanto acontece na Colômbia. Além disso, o tráfico de drogas também acontece muito pelas fronteiras com o Peru, e isso acaba fortalecendo esses grupos narcocriminosos internamente. E para colocar já nomes, nós teríamos dois grandes grupos associados aos carteis mexicanos: Los Choneros, que estão associados ao Cartel de Sinaloa; e Chone Killers, Tiguerones e Los Lobos estariam associados ao Cartel de Jalisco Nueva Generación.

Essa disputa territorial ocorre em torno de um elemento extremamente complexo que é o trânsito dessa droga, a canalização dessa droga para os principais portos - Guayaquil, Manta e Esmeraldas. Esses pontos seriam estratégicos e esse trânsito é, de alguma forma, a função de maior risco dentro dessa cadeia de produção da droga; logo, também é a mais rentável. E assim os carteis tanto pagam com droga como eles pagam com armamento. É por isso que as recentes operações realizadas pela polícia e pelas forças armadas têm detectado armamento pesado, armamento de alta letalidade, que inclusive para a polícia nacional é difícil enfrentar. Então a gente tem também uma polícia nacional que não tem preparo, não tem instrumentos, não tem as ferramentas necessárias. Por exemplo, na madrugada do dia 12 de agosto, trasladaram Fito, que é o líder dos Choneros e a quem se atribui a autoria de algumas ameaças contra o candidato Fernando Villavicencio. Nesse traslado tiveram que participar aproximadamente 4 mil efetivos de polícia e militares, com tanques militares, com armamento militar, precisamente pelo grande risco que representa evidentemente se enfrentar a presidiários que têm armamento muito mais sofisticado, poderoso e letal do que as forças policiais.

Então a gente vê, de fato, uma situação muito complexa. Esse trânsito da droga atravessa pelo menos 16 das 24 províncias. Pesquisas mostram isso, ou seja, nós estamos perante uma rede completamente ampla e que toma mais de 60% do país efetivamente e o deixa nas mãos desses grupos criminosos. E, logicamente, esse trânsito desemboca nos principais portos do país e depois ele atravessa fronteiras, vai para o México e depois ele é distribuído para os principais países consumidores.

Transcrição do episódio “Narcotráfico e alto índice de mortes colocam Equador entre os países mais violentos do mundo, explica pesquisador da Unesp”, para o Podcast Unesp - Mundo e Política do dia 17 de agosto de 2023.

* Cristian Daniel Valdivieso é doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP) e pesquisador do IARAS, Núcleo de Estudo de Gênero do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES).

Golpe de Estado no Níger vira imbróglio geopolítico global

Laurindo Tchinhamá*

Ao falarmos sobre o golpe ocorrido no dia 26 de julho de 2023 no Níger, é importante frisar que este golpe representa uma sequência de golpes anteriores que aconteceram no Mali em 2020 e 2021, em Burkina Faso em 2022, e também na Guiné em 2021. Esses golpes, em linhas gerais, podemos dizer que possuem alguns fatores que chamam a atenção. Primeiramente, fatores de segurança na região. E aqui estamos a falar da extensão de grupos terroristas islâmicos em razão, segundo algumas análises, da intervenção na Líbia pela OTAN em 2011, que se tornou uma porta de entrada para grupos terroristas que foram crescendo bastante, ocasionando tráfico de armas e desestabilizando a região. Logo, isso chamou atenção das grandes potências internacionais, de modo a realizarem uma intervenção e ajudar os países da região do Sahel.

E também um fator muito mais local e interno que é a questão da pobreza nesses países, porque, segundo os dados, fica muito claro um alinhamento automático de muitos países da região, sobretudo das ex-colônias francesas, com a França. Então a França ainda detém domínio ou influência em muitos países, na política de muitos países, alinhamento automático de líderes desses países com a França - e aqui o Níger não foge à regra. E isso acabou trazendo uma insatisfação da população, ou seja, por mais que haja esse alinhamento automático dos países, das ex-colônias, com a França, não se reflete na realidade da população, na pobreza que ainda assola do modo geral esses países e, aqui no caso específico, do Níger.

Inclusive, há autores chamando de “golpe populista”, no sentido de que os governos eleitos democraticamente não conseguem ter a confiança da população, porque a pobreza continua infelizmente. Então o golpe passou a ter apoio dos cidadãos e isso chama muita atenção. Vale a pena frisar que a democracia nessa região do Sahel acaba demonstrando fracasso em linhas gerais e, infelizmente, os militares e os exércitos acabaram notando esse fracasso e, com isso, ganhou popularidade os golpes apoiados em boa parte desses países.

Vale a pena frisar algumas razões que são fundamentais para entender o golpe no Níger. Segundo o Coronel Amadou Abdramane, uma das razões para esse golpe é por um fim à situação de insegurança e má governança, contra as ameaça terroristas no país e também contra governos que são corruptos - aqui uma acusação muito forte de que há corrupção do país por na parte do presidente do Níger que está mais a favor da França e o país continua com uma população com mais de 40% abaixo da linha da pobreza. Então esse elemento também acaba justificando ou acaba sendo utilizado como justificativa. E isso fica muito claro quando observamos que, nos últimos anos, o Níger perdeu em torno de 906 milhões de dólares em casos de arbitragem contra multinacionais estrangeiras; fica muito claro também como é que essa questão incentivou o golpe.

Além disso, no âmbito da segurança, a Junta Militar vai apontar que a cooperação que existe entre o Níger e a França acabou não dando o resultado esperado para o país. E aqui vale lembrar, como frisamos anteriormente, que a questão de segurança na região do Sahel, devido ao terrorismo, é apoiada não só pela França como também por países como Estados Unidos que, de modo geral, estão no país para combater o terrorismo como um todo na região. Estados Unidos, Alemanha e Itália estão todos presentes para apoiar o combate contra o terrorismo na região do Sahel.

Agora, uma outra vertente importante e digna de ressaltar é a questão regional. O golpe no Níger acabou dividindo os países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) entre aqueles que apoiam o golpe e aqueles que são contra o golpe. Países como Burkina Faso, Mali e Guiné apoiam o golpe militar no Níger. Fica muito claro como a região está insatisfeita com a presença da França, por exemplo. E tem os países contra o golpe, como Nigéria, Senegal e a Costa do Marfim, que condenam veementemente o golpe de Estado. Alguns apontam até uma possível Guerra Mundial Africana devido a essa divisão, uma vez que os países contra o golpe dizem que uma das saídas - caso a questão diplomática não for a saída mais viável - pode ser uma intervenção militar na região.

Então temos uma região dividida internamente, no bloco específico da CEDEAO, e ao mesmo tempo temos a presença de atores internacionais que condenam o golpe, além de países da região da África como um todo que também condenam esse golpe. Porém, as saídas ainda são muito instáveis, as negociações continuam ainda sem uma saída pacífica para o caso do Níger.

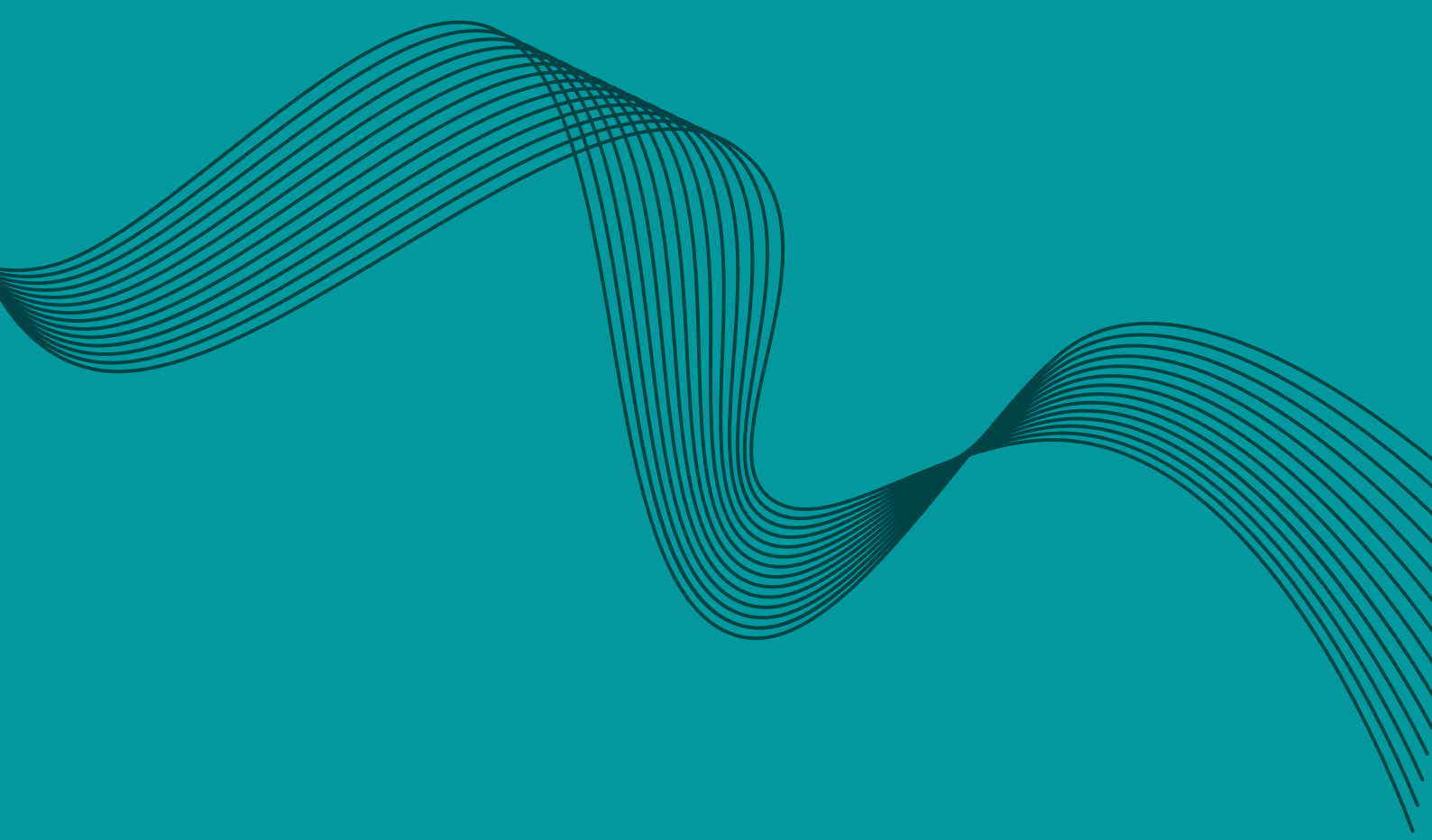
De modo geral, podemos dizer que o golpe no Níger representa, em linhas gerais, um movimento independência e também de dependência externa, sobretudo do Ocidente. Ou seja, há na região a ideia de uma intervenção por parte da CEDEAO - bloco do qual

faz parte o Níger - e também temos a divisão da região entre apoiar o golpe ou condenar o golpe, uma vez que boa parte dos países do globo tem relações com a França e também com os demais países do Ocidente.

Até o momento podemos considerar que as negociações político-diplomáticas sobre a restauração da ordem institucional e, ao mesmo tempo, de recolocação digamos assim do presidente Bazoum ainda está em retrocesso, uma vez que a Junta Militar diz que vai se manter no poder até três anos, ou seja, pretende criar uma transição durante esse período. E, por outro lado, a CEDEAO enquanto bloco da região nega essa possibilidade e insiste uma restauração do poder institucional e da ordem o quanto antes. Enquanto isso, nós vamos acompanhar bastante discussões e ver quais serão as próximas saídas para o caso. Obviamente que o ideal seriam saídas pacíficas, sem envolver uma crise humanitária ou um possível conflito. Isso não seria bom para região. Seria um atraso para região, uma vez que esses países estão em desenvolvimento ainda. A melhor saída seria política e pacífica.

Transcrição do [episódio](#) “Golpe de Estado no Níger vira imbróglio geopolítico global”, para o Podcast Unesp - Mundo e Política do dia 31 de agosto de 2023.

* Laurindo Tchinhama é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Relação Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP), pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e membro da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança.



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL



ERIS

DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Setembro
2023